

DOI: 10.47694/issn.2674-7758.v2.i5.2020.265285

ENTREVISTA – MARIETA DE MORAES FERREIRA¹

História, História Oral e Ensino de História: práticas de percurso da trajetória de Marieta de Moraes Ferreira

Entrevistada:

Marieta de Moraes Ferreira, nascida em 15 de outubro de 1948, na cidade do Rio de Janeiro, é uma historiadora brasileira, reconhecida por seu contributo à historiografia nacional no campo da História do Brasil Republicano, sobretudo no que diz respeito às temáticas voltadas a Teoria da História, Memória e Historiografia. Suas reflexões teórico-metodológicas acerca da História Oral e da História do Tempo Presente são basilares à Historiografia Brasileira Contemporânea. Mais recentemente, seus estudos têm versado sobre o Ensino de História e da História da educação. Suas investigações dão ênfase à Primeira República e estão voltadas para temáticas como História intelectual, elites políticas, historiografia, História política, História do Rio de Janeiro e História oral e tempo presente, com especial interesse ao ensino de História. Doutora, Mestra e Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense [UFF, 1973, 1977, 1991] sob a orientação da Professora Emérita Ismênia Martins. Pós-doutorado em História pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* [EHESS, 1997] e pela Universidade de São Paulo [USP, 2011]. Coordenou o Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil [CPDOC, 1992–1995]. Foi fundadora e presidenta da Associação Brasileira de História Oral [ABHO, 1992–1994] e da *International Oral History Association* (IOHA). Foi pesquisadora e Professora-titular do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas [CPDOC/FGV, 1978–2012], Coordenadora do CPDOC [1992–1995] e Diretora do CPDOC [1999–2005]. Foi editora de importantes periódicos nacionais, como a *Revista Estudos Históricos* [1992/1998] e a *Revista Brasileira de História* [2009–2013]. Ao longo de sua carreira acadêmica, tem publicado inúmeros artigos em periódicos nacionais e internacionais e organizado e publicado diversos livros e capítulos de livros. Também foi a primeira Coordenadora Nacional do Mestrado Profissional em Ensino de História [ProfHistória] do Programa FGV Ensino Médio, além de Coordenadora do

¹ Entrevista realizada em 13 de agosto de 2019, durante o XI Encontro Regional Norte de História Oral — História oral e tempo presente na Amazônia: diálogos, limites e possibilidades — e o I Seminário de Historiografia, Memória e Fontes Documentais, realizado em Marabá

Projeto binacional e interdisciplinar *Capital Cities: from nation to globalization* [2015/2016], parceria entre pesquisadores franco-brasileiros [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)/Sorbonne Université]. Atualmente, é diretora-executiva da Editora FGV. Esteve em 141 bancas de qualificações e defesas de teses e dissertações, além de ter participado de outras comissões julgadoras, como bancas de concurso público e de seleção de professor-titular. Orientou, aproximadamente, 100 teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso. Supervisionou cinco bolsistas de pós-doutoramentos. Publicou 38 artigos científicos e mais de 50 capítulos de livros no Brasil e no exterior. Participa do Conselho Editorial e Consultivo de importantes periódicos nacionais e internacionais nas áreas de História e afins. Ao longo de sua carreira, tem recebido vários prêmios e mantém uma agenda de conferências no Brasil e no exterior. Atualmente, é Professora-titular do IH/PPGHS/UFRJ e Diretora do sistema de Bibliotecas e da Editora da FGV e Coordenadora do Programa FGV Ensino médio da FGV/RJ. Em sua profícua e reconhecida produção intelectual, publicou e organizou aproximadas 30 obras, dentre outros livros e coletâneas autorais e coautorias, a maioria pela Editora FGV.

Durante a entrevista, a historiadora Marieta de Moraes Ferreira falou de sua trajetória profissional, além de importantes análises sobre o ofício de historiador e seus [di]lemas no século XXI. Relembrou também sua experiência enquanto professora da Educação Básica e do ensino superior e pesquisadora da História do tempo presente e do lugar do ensino de História na pós-graduação brasileira. Por fim, tratou dos desafios de elaboração e implantação do ProfHistória. A entrevista para a *Escritas do Tempo* foi realizada pelos professores Erinaldo Cavalcanti (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará [Unifesspa]) e Fagno Soares (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão [IFMA]).

Marabá, 2020.

Entrevistadores:

Erinaldo Vicente Cavalcanti² — Revista Escritas do Tempo

Diretor da Associação Brasileira de História Oral - Regional Norte (Biênio 2018/2020). Licenciado em História pela Universidade de Pernambuco, Mestre e Doutor pela Linha de Pesquisa Cultura e Memória do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, com Estágio Doutoral (PDSE/Capes) pela Universidad General San Martin em Buenos Aires, Argentina. É autor dos Livros Didáticos: Pernambuco de Muitas Histórias: História do Estado de Pernambuco (2012) e História e Geografia de Pernambuco (2015), publicados pela Editora Moderna. Também é autor de Relatos do Medo: a ameaça comunista em Pernambuco - Garanhuns 1958-1964, (EdUFPE, 2012), e autor e organizador de A história e suas práticas de escritas: relatos de pesquisa, (EdUFPE, 2013), A história e suas práticas de escritas: narrativas e documentos; (EdUFPE, 2014); A história e suas práticas de escritas: leituras do tempo, (EdUFPE, 2016), História: demandas e desafios do tempo presente - produção acadêmica, ensino de história e formação docente; pela EdUFMA (2018) e Ditadura militar no Brasil: entre práticas e representações, pelas editoras FGV e EdUFPE (2017). Coordena o laboratório e grupo de pesquisa Interpretação do Tempo: ensino, memória, narrativa e política (iTemnpo - CNPq/Unifesspa), atua principalmente nos seguintes temas: Teoria; Ditadura Militar; Ensino de História, Livro Didático e Formação Docente. É Diretor de Pós-Graduação da Unifesspa e é membro do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica - COMFOR, é parecerista de revistas especializadas como a Revista História Hoje (ANPUH-Brasil). É professor do Mestrado Interdisciplinar (PDTSA) e professor e coordenador do PPGHIST/Unifesspa (Mestrado Acadêmico).

Fagno da Silva Soares³ — Revista Escritas do Tempo

Doutor em Geografia Humana pela FFLCH/USP, Doutorando em História Social/Contemporânea pela UFF, mestre em História do Brasil pela UFPI, graduado em

² Professor Adjunto da Faculdade de História e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará [Unifesspa], coordenador do laboratório e grupo de pesquisa iTemnpo e editor da *Revista Escritas do Tempo*. E-mail: ericontadordehistorias@gmail.com.

³ Doutor em Geografia Humana [FFLCH/USP], doutorando em História Social/Contemporânea [UFF]. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão [IFMA/Campus Açailândia]. Líder do CLIO & MNEMÓSINE - Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória [IFMA]. E-mail: fagno@ifma.edu.br.

História pela UEMA, pesquisador do Núcleo de Estudos de História Oral NEHO/USP e do Grupo Trabalho Escravo Contemporâneo GPTEC/UFRJ. Vinculado aos Grupos de Pesquisa Geografia Agrária USP / População, Trabalho e Economia USP / NIEPHE Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação USP / Grupo de Pesquisa da Cátedra José Bonifácio USP. Especialista em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em História e Geografia Econômica do Brasil pela UNIFIA, em História Social e Contemporânea pela Universidade Cândido Mendes, MBA em Gestão e Ensino de TICs pelo IBMEC e MBA em Gestão Escolar pela Esalq/USP. Especialização História da Educação pela PUC/RS, TICs para Educadores pela UFRGS, Direitos Humanos pela UFMA, Direitos Humanos pela UNIFESP, Sociologia pela UnB, Tecnologias Educacionais pela ENSP/FIOCRUZ, Metodologias Inovadoras Aplicadas à EaD pela FACINTER, Orientação-Supervisão-Gestão e Inspeção Escolar pela UNINTER. Líder do CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisas em História Oral e Memória IFMA. É membro filiado a Associação Nacional de História ANPUH-MA, Associação Brasileira de História Oral-ABHO e Presidente da Academia Açailandense de Letras-AAL Biênio 2014-2016. Atualmente é Professor de História D IV do IFMA/Campus Açailândia e SEEDUC, Editor Adjunto Nacional da Revista Observatório UNESP/UFT, Editor Nacional da Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação e Conselheiro Diretor do CDVDH-CB 2015-2017, Membro do Comitê Institucional de Pesquisa e Inovação do IFMA Ciências Humanas e Editor de Seção da Revista Acta Tecnológica IFMA. Tem-se enveredado pela pesquisa acerca do processo de combate e enfrentamento à escravização contemporânea de trabalhadores/ras rurais do Maranhão na Pré-Amazônia e garimpeiros/ras maranhenses na Amazônia Paraense. Em seu Currículo Lattes os termos mais frequentes na contextualização da produção científica são: história oral, memória, geografia oral, tempo presente, Amazônia e mais recentemente História Aplicada.

Escritas do Tempo: Inicialmente, quero agradecer-lhe por, de modo tão solícito e gentil, ter aceitado conceder-nos esta entrevista. Compreendemos que, para pensar a pesquisadora Marieta de Moraes — que já foi coordenadora do ProfHistória, por exemplo — é preciso pensar, antes de tudo, na pessoa e na trajetória de vida de Marieta de Moraes. Dito isso, penso que é melhor iniciar ouvindo um pouco de sua história de vida, para compreendermos o legado da historiadora Marieta de Moraes, quem ela é e por que escolheu ser professora de História.

Marieta de Moraes Ferreira: Agradeço a oportunidade de estar aqui em Marabá-PA; é a primeira vez que venho aqui conhecer essa jovem universidade e participar desse momento histórico, a inauguração do Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PPGHIST/Unifesspa), que tem uma linha de pesquisa em Ensino de História. Na verdade, não tive esse desejo, desde sempre, de ser professora. Fui criada em Nova Friburgo, uma cidade do interior Fluminense, na região serrana. Venho de uma família de elite, de fazendeiros de café; uma família muito tradicional católica. Também por isso estudei em um colégio católico durante toda a minha vida escolar, o Colégio Nossa Senhora das Dores, desde a primeira série até o terceiro ano normal. Fiz Curso Normal (antigo Magistério) porque minha mãe achava que eu deveria ser professora primária. Tratava-se de um colégio muito repressor, um grupo de colegas e eu confrontávamos muito aquelas regras, por vezes burlando as normas, toda aquela estrutura. Então, de alguma forma, estudar naquele colégio, por mais tradicional e careta que ele fosse, levou-nos a exercer uma atividade questionadora; não tínhamos nenhuma visão política à época do Golpe de 1964. Naquele momento, éramos muitos jovens; em um primeiro momento, aquele período histórico não representou muita coisa, uma vez que minha família era “antiJango”. De modo geral, durante a minha Educação Básica no Ensino Médio, ser professora de História não estava no meu horizonte profissional. Ao término do Curso Normal — que, na época, correspondia à formação docente para séries iniciais — fiz um esforço bem-sucedido com meus pais para sair de Nova Friburgo. Acabei indo para o Rio de Janeiro; fui morar no Rio de Janeiro, na casa de uma tia, no bairro Cosme Velho, e entrei no curso pré-vestibular. Já sabia que faria um curso da Área de Humanas, muito embora estivesse, inicialmente, mais inclinada a cursar Psicologia do que História. Nesse curso preparatório, chamado de curso Platão, tinha um professor muito querido, Ilmar Rohloff de Mattos (atualmente aposentado), que foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da UFF durante muitos anos. Falo sempre dele, cujas aulas me inspiraram; ele sempre foi um “Ás da História”, Foi a partir das aulas dele, no curso pré-vestibular, no Platão, que eu realmente me interessei por História. Naquele momento, passei a ver a História de um outro modo, diferente de como havia aprendido no ginásio, onde estudávamos em um livro muito factual e tradicional, e os professores, idem. Logo, a minha visão sobre a História seguia na mesma esteira. Com as aulas do professor Ilmar, passei a ter interesse em História e fui fazer o vestibular para História na UFF, em meados de 1969, em um momento bem

dramático, logo depois do AI-5. Naquele momento, decidir não ir para a UFRJ, por conta da forte repressão operada pelos governos militares da época, onde era constante a presença de um policial dentro de sala de aula, além do fato de os professores não terem a liberdade de falar livremente. Por esses motivos, resolvi ir para a UFF e comecei a fazer o curso de História em uma universidade que, na época, era menor, mais provinciana, mas que, em compensação, tinha uma liberdade muito maior, muito diferente da UFRJ. Na verdade, meu curso de graduação foi completamente impregnado pela Teoria Marxista; todas as disciplinas que eu tive no curso de graduação — fossem de História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, ou de Histórias da América e do Brasil — tinham toda uma bibliografia marxista. Na verdade, a gente estudava muito pouco História Política e História Factual, pouquíssima História Recente e, muito menos, História Contemporânea (essa nem pensar!). Íamos até 1930, no Brasil, e, no mundo, parávamos na Revolução Russa de 1917. Nossas reflexões tinham, como mote, o Modo de Produção, toda uma bibliografia sobre o Modo de Produção Asiático, a transição do Feudalismo para o Capitalismo, com ênfase no Modo de Produção Capitalista. Líamos algumas obras clássicas, como Max Weber e Henri Pirenne, mas o grosso do material das nossas leituras de graduação eram os autores marxistas.

Escritas do Tempo: Professora, fale-nos um pouco das influências historiográficas durante sua graduação em História, na UFF, no final dos anos 1960; tempo em que as universidades, como a UFRJ e a USP, sofriam com grande repressão. Quais correntes historiográficas dominam o debate no auge da Ditadura Militar Brasileira? Hoje, por razões diversas, o Programa de Pós-graduação em História da UFF é um importante centro de referência na formação dos quadros de excelência nos estudos históricos brasileiros. Conte-nos como foi o mestrado e o doutorado, também na UFF, e seu ingresso como docente na Educação Básica e na carreira universitária.

Marieta de Moraes Ferreira: Além dessa bibliografia marxista, que contemplava autores como Maurice Dobb, Paul Sweezy e Poulantzas, tive também um curso muito interessante com o professor Almir Chaiban El-Kareh sobre Teorias de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Esse curso foi algo que me marcou bastante; lembro-me de uma bibliografia grande que conversava com Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Theotônio dos Santos, entre outros. Enfim, grande parte daquela bibliografia — que, nos anos 1970, estava em evidência — teve uma importância para

mim. Embora alguns textos trouxessem uma abordagem marxista mecanicista, de toda forma, tivemos a oportunidade de aprender a pensar e, principalmente, de valorizar a análise econômica, entender como funcionava a sociedade, a questão dos modos de produção. Dito isso, formei-me em História pela UFF, em 1973, e ingressei, imediatamente, em uma das primeiras turmas do Mestrado em História da UFF. Foi um momento de expansão da Pós-Graduação no Brasil, nos anos de 1970, quando os processos de avaliação e a distribuição de bolsas se consolidaram. Eu lembro que fui uma das primeiras pessoas a ter bolsa de mestrado na época, durante dois anos, quando realizava a pesquisa e a escrita da dissertação, sob orientação da professora Ismênia Martins. Tratava-se de um trabalho de História econômica no século XIX; eu estava muito influenciada por essa ideia de que o econômico é mais relevante, que a História Econômica era o motor da História, o caminho para a compreensão das mudanças e das estruturas, e isso resultou na dissertação *A Crise dos Comissários de Café no Rio de Janeiro (1870–1906)*, que defendi em 1977. Já no doutorado, finalmente, em meados dos anos de 1980, consegui levar para a UFF um projeto de pesquisa em História política que deu origem à tese *Em busca da idade do ouro: as elites políticas fluminenses*, também defendida sob orientação da professora Ismênia Martins. Durante o mestrado, fiz concurso para ser professora na Educação Básica da rede estadual do Rio de Janeiro, na Escola Doutor Cocio Barcellos, em Copacabana, para quinta e sexta séries; foi um grande desafio. Paralelamente, voltei ao Colégio Nossa Senhora das Dores (das freiras Doroteias, onde havia estudado), mas agora como professora de História do Brasil da Faculdade Santa Doroteia. Eu morava no Rio de Janeiro e, semanalmente, ia a Nova Friburgo. Durante esse período, eu ministrava aulas na Educação Básica e na faculdade, e fazia o mestrado. Dar aulas, no início dos anos de 1970, foi bastante difícil, porque tudo aquilo que eu havia estudado na faculdade de História não se aplicava às crianças da quinta série, sobretudo por conta da Reforma Curricular que havia extinguido História do currículo de Primeiro Grau e substituído por de Estudos Sociais. Essa foi a primeira etapa da minha vida profissional, e quando me dei conta de que não queria continuar atuando na Educação Básica, dadas as más condições da escola onde atuava. Resolvi, então, fazer um concurso para a Fundação Casa de Rui Barbosa para pesquisadora e pedi exoneração do meu cargo de professora da Educação Básica. Aprovada como pesquisadora da Casa de Rui Barbosa, passei a atuar no Núcleo de Pesquisa sobre Primeira República e, ao mesmo tempo, continuei na Faculdade Santa Doroteia, onde ministrava aulas desde Brasil Colônia, passando pelo

Império e República até os anos 1930, enquanto outra colega ministrava as demais disciplinas de História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. Comecei a questionar, junto à diretora, que achava importante reestruturar o Curso de História, e que o correto era que os professores fossem especializados nas áreas. Foi uma experiência muito gratificante, porque eu tive a oportunidade de, praticamente, remontar toda a base curricular do curso, e acabei convidando os colegas da UFF e da Casa de Rui Barbosa para que cada um se responsabilizasse por ministrar sua disciplina de especialidade. O curso cresceu bastante; nessa época, nós éramos um grupo jovem de professores recém-formados, com aquele gás todo, querendo fazer muita coisa; todos também tinham essa preocupação de trabalhar com a História econômica, uma História que valorizasse o estudo dos modos de produção.

Logo que terminei o mestrado, engravidei da minha primeira filha e tive que deixar a Faculdade Santa Doroteia. Em 1978, fiquei trabalhando somente na Casa de Rui Barbosa. Como disse, naquele período, havia uma intenção de criar, desenvolver um Núcleo de História na Primeira República, e fizemos um trabalho sobre a industrialização no Rio de Janeiro. Éramos um grupo de pesquisadores também muito jovem, de pessoas bastante dedicadas. Mas, infelizmente, essa iniciativa se esvaziou. Não havia liberdade de pesquisa e nem era possível usar uma bibliografia que incluísse Celso Furtado e Caio Prado Júnior, porque o presidente da casa, o professor Américo Jacobina Lacombe, não permitia. Se, na UFF, tínhamos doses intensas de bibliografia ampliada desses autores e de outros da linha mais marxista, na Casa de Rui Barbosa, em compensação, não se podia citar o Furtado e o Prado Júnior. Além disso, 1978 foi um ano bastante marcante na minha vida, porque foi o ano em que eu deixei a faculdade em Nova Friburgo e a casa de Rui Barbosa e ingressei como pesquisadora no CPDOC/FGV. Soube que estavam procurando um pesquisador e me candidatei para atuar no projeto do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB)/CPDOC e trabalhar com os verbetes de imprensa. Fui entrevistada pela professora Alzira Alves de Abreu, a então coordenadora, que, de pronto, gostou do meu currículo e disse que eu tinha os atributos para o preenchimento da vaga. Ingressar no CPDOC foi um novo desafio! Trabalhar com História do Brasil pós-30 e História política era uma novidade; pela primeira vez, estava me deparando com a História factual do Brasil contemporâneo. A primeira obra que li foi *Brasil: de Getúlio a Castelo*, de Thomas Skidmore, que fiquei da primeira à última página, fazendo uma cronologia; era preciso ter um conhecimento da base factual para dar sustentação às análises e interpretações.

Escritas do Tempo: Sua atuação como pesquisadora no CPDOC/FGV, de modo mais efetivo entre 1978 e 2012, e agora como diretora-executiva da Editora FGV, é um capítulo à parte de sua profícua carreira. Conte-nos um pouco mais dessa experiência e como ela ajudou na formatação da Marieta de Moraes Ferreira, a pesquisadora que conhecemos hoje.

Marieta de Moraes Ferreira: Então, trabalhei por 34 anos no CPDOC; hoje, ainda trabalho na FGV, mas não mais no CPDOC. Além do DHBB, atuei na coordenação do Programa de História Oral de 1992 a 1995, e como diretora do CPDOC/FGV de 1999 a 2005. Como já disse, a minha primeira atividade foi no DHBB, primeiramente, fazendo verbetes de jornalistas e jornais. Para fazer os verbetes, como não havia material o suficiente, era preciso realizar entrevistas com os jornalistas e com os atores políticos para coletar informações e montar um quadro dos diferentes jornais, como *O Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Diário de Pernambuco*, *O Radical*, *O Estado de São Paulo*, dentre outros. Enfim, acho que foram mais de 40 jornais com que trabalhamos na época. Além dos verbetes da imprensa, trabalhei, também, na elaboração de biografias de políticos e de partidos políticos; foram especialmente importantes para mim o verbete de João Goulart e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Essa experiência no DHBB representou um novo aprendizado de pesquisa, de conhecer uma nova bibliografia, de ter o desafio de fazer entrevistas. Aí iniciou a minha primeira aproximação com a História oral, e eu comecei a fazer essas entrevistas. Não tinha, ainda, nenhuma reflexão maior sobre a metodologia da História oral; não havia uma grande preocupação com o arquivamento das entrevistas para que outros pesquisadores pudessem utilizar. Fazia-se a entrevista e coletavam-se as informações que eram usadas para os verbetes, e pronto. Foi uma coisa que eu gostei muito de fazer. O trabalho de organização e preservação do acervo de entrevistas ficava em outro setor, no Programa de História Oral.

Terminado o dicionário, em 1983, houve uma reestruturação da equipe; uma parte foi dispensada e outra foi redistribuída no CPDOC. Naquele momento, a professora Alzira elaborou um novo projeto sobre a História política do Estado do Rio de Janeiro de 1989 a 1975 e, então, convidou-me para coordenar esse projeto; organizamos um pequeno grupo de seis pesquisadores que tinham participado do DHBB, e nos engajamos nessa nova empreitada. Foi um desafio enorme, porque a gente não sabia como lidar com a realidade daquela pesquisa; era um grupo pequeno, era diferente de fazer verbetes, em que você tem uma fórmula. Algo mais definido, em que não há tanta necessidade de

você trabalhar o tempo todo com problematizações, com discussões historiográficas. Então, esse foi um aprendizado enorme para mim. Era bem difícil não só de realizar o meu trabalho, mas também de coordenar. Os frutos dessa pesquisa resultaram no livro chamado *República da Velha Província: as elites políticas fluminenses*. Recortamos e fizemos um trabalho sobre a política fluminense de 1889 a 1930.

Nesse momento, em 1984, abriu a primeira turma de Doutorado em História na UFF. Candidatei-me à vaga e fui aprovada em primeiro lugar porque, embora eu fosse ex-aluna da UFF, já tinha feito graduação e mestrado na instituição nos anos 1970. A universidade continuava naquela estrutura de supervalorização da História econômica, principalmente a minha banca de seleção, composta por Eulália Lahmeyer Lobo, Ciro Flamarion Cardoso, Maria Yedda Leite Linhares, Francisco José Calazans Falcon (que tinham voltado com a Lei da Anistia) e Ismênia Martins; todos muito interessados em análises de longa duração, com fontes cartoriais e eclesiásticas e com o uso da quantificação. Apresentei um projeto de partidos políticos fluminenses de 1945 a 1964, que era um desdobramento do meu trabalho na FGV. Era um tema, assim, totalmente dissonante das pesquisas realizadas pelo PPGH/UFF. Eu lembro que a banca me arguiu porque propus um projeto de História política nesse programa, e não no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) da Universidade Cândido Mendes (Ucam) que, na época, era uma grande instituição de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. Mas, eu não queria fazer Sociologia ou Política; eu queria fazer um doutorado em História. Mas, no final, eu acho que me defendi bem; passei em primeiro lugar e continuei sendo orientada pela Ismênia Martins. No decorrer do curso, acabei mudando o meu projeto de tese, porque eu estava exatamente no CPDOC, nesse momento, finalizando esse livro sobre a primeira república. Comecei a pensar como eu iria dar conta de escrever um livro sobre a Primeira República e, ao mesmo tempo, fazer uma pesquisa sobre o pós-1945. Embora tudo fosse sobre o estudo da política no estado do Rio de Janeiro, seria muito complicado. Foi uma opção acertada. Esse livro que tínhamos feito (que eu coordenei, mas que tinha a colaboração desses meus colegas), chamado *República da Velha Província: as elites fluminenses*, produziu um levantamento documental imenso. Mas, as possibilidades de interpretação desse livro eram bastante limitadas, e a gente ficou muito mais no levantamento documental e na organização dessas informações. Foi a partir desse material que achei que era importante reformular meu projeto de tese e retomar a pesquisa sobre a política fluminense na Primeira República, o que deu origem à tese e, depois, ao livro *Em busca*

da idade do ouro: as elites políticas fluminenses. Eu já tinha me aproximado da História política com os meus trabalhos no CPDOC, e isso me ajudou a encarar as resistências e restrições que esse campo de estudos enfrentava.

Nesse momento, a professora Maria Bárbara Levy, minha professora no doutorado e, também, professora no curso de História da UFRJ (de quem eu gostava muito), motivada por um grave problema de saúde teve que ir à Brasília, ao Hospital Sarah Kubitschek (popularmente conhecido como Rede Sarah), e me pediu para que assumisse suas aulas na graduação. Topei a tarefa e voltei à atividade docente, uma vez que, tanto na Casa de Rui Barbosa, como no CPDOC/FVG, era só pesquisa. Eu tinha vontade de voltar a dar aula, e aí surgiu essa oportunidade. Fiquei, inicialmente, três meses, em 1986; a seguir, fiquei um semestre como palestrante, sem nenhum vínculo. Nessa conjuntura, o curso de História da UFRJ estava passando por uma renovação muito grande, pois tinha sido destruído durante o Regime Militar, dado o número expressivo de cassações e a intensa repressão sofrida nos anos de 1970. Foi nesse contexto que recebi o convite para me tornar professora visitante a partir de novembro de 1986. Dois anos mais tarde, prestei concurso, disputando com ilustres historiadoras da época, e fui aprovada. Então, iniciei minha carreira como professora do quadro permanente da UFRJ, onde trabalhei por 32 anos. A partir desse momento, tive que me dividir entre dois mundos: a UFRJ e o CPDOC. Este último era uma instituição que tinha um nível de cobrança e de gestão diferente da universidade pública, então eu vivi um pouco desses dois mundos, um público e outro privado. Logo que terminei o doutorado na UFF, fui indicada à Coordenadoria do Programa de História Oral do CPDOC/FGV, fundado por Aspásia Camargo, em 1975, quando voltou da França, com o intento de firmar a História Oral no Brasil. Mas, a gente ampliou muito as suas áreas de atuação e as discussões teóricas e metodológicas.

Escritas do Tempo: A senhora foi membro-fundadora e presidenta da ABHO, também foi vice e depois presidenta da IOHA e Coordenadora do Programa de História Oral do CPDOC/FGV. Portanto, ocupa importante papel nas pesquisas em História Oral no Brasil. A obra coletiva que organizou com a Professora Janaína Amado, *Usos e abusos da História Oral*, publicada pela Editora FGV, em 1996, já é um clássico; leitura obrigatória na graduação e pós-graduação em História no Brasil. Fale-nos da importância da História Oral na renovação dos estudos históricos e de seu papel nesse processo no Brasil. Fale-nos da sua imersão dentro do debate da História Oral no Brasil.

Marieta de Moraes Ferreira: Pois bem, no início dos anos de 1990, momento muito importante para mim, surge a discussão sobre a criação de uma Associação em História Oral no Brasil. A possibilidade de criação da ABHO foi uma ideia proposta pelo professor José Carlos Sebe Bom Meihy, da USP, em 1992. Mas, a ideia encontrou uma certa dose de resistência em alguns pesquisadores, que ainda se mostravam muito resistentes à proposta. Em abril de 1993, ocorreu o 1º Encontro Nacional de História Oral, na USP, quando surgiu essa ideia de criação da ABHO e algumas pessoas, inclusive a Déa Fenelon, professora da PUC/SP, levantou o ponto, dizendo que achava muito prematura a criação de uma associação, porque tratava-se de um encontro relativamente pequeno e restrito. Então, sugeri que nós criássemos uma comissão para divulgar, durante aquele ano, a ideia da criação da associação, ouvindo sugestões. No ano seguinte, então, faríamos um outro congresso, um outro encontro de História Oral para, se fosse o caso, fundar a associação. Nesse contexto, foi criada a comissão formada por José Carlos Sebe Bom Meihy (USP), Alice Beatriz Lang (Centro de Estudos Rurais e Urbanos [Ceru]/USP), Yara Aun Khoury (PUC/SP), todos de São Paulo, exceto Antônio Montenegro (UFPE) e eu, Marieta de Moraes Ferreira (CPDOC/UFRJ). Organizada a comissão, ofereci para sediar o segundo encontro no CPDOC e, em seguida, passamos a divulgar a ideia da criação de uma associação e do II Encontro Nacional de História Oral, participando de alguns eventos, a exemplo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e a Associação Nacional de História (ANPUH). A realização do II Encontro Nacional de História Oral, em abril de 1994, contou com um número expressivo de inscritos de vários estados brasileiros e, na ocasião, criamos a ABHO com o objetivo de ampliar e institucionalizar a História Oral no Brasil, ainda muito combatida à época na universidade. Preocupava-me a seriedade e a consistência da pesquisa em História Oral. Ao final do evento, fui eleita a primeira presidenta da associação. Eu tenho as melhores lembranças desse tempo pela oportunidade de participar de grande debates teóricos e metodológicos que envolviam questões como memórias, História do tempo presente e biografias, e também porque eu fiz amizades muito grandes, principalmente com o Antônio Montenegro, que foi um amigo que ficou dessa época, e Alice Beatriz Lang. Meu intuito à frente da ABHO era firmar a História oral enquanto metodologia de pesquisa. Pode-se dizer que algumas instituições já trabalhavam com História Oral, como o CPDOC, a Fundação Oswaldo

Cruz (Fiocruz), o Ceru/USP, o Museu da Imagem e do Som de São Paulo e do Rio de Janeiro, o Centro de Documentação Iconográfica da PUC/SP, o Centro de Memória da Universidade de Campinas (Unicamp), o Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF) e o Núcleo de Estudo em História Oral (NEHO/USP), com visões e abordagens bem diferentes do fazer História Oral, mas a resistência era muito grande nas universidades e, especialmente, na área de História. Assim, ficamos muito empenhados em legitimar esse campo e estimular os debates que dessem consistência ao uso da História Oral, principalmente no campo acadêmico da História. Mas, havia orientações bem diferentes na maneira de fazer História Oral, e isso, por vezes, gerava dificuldades. Mas sempre advoguei que a ABHO devia ser um espaço para abrigar a divergência, que pudesse ter pessoas com visões diferentes; a gente tinha que se preocupar com a qualidade do trabalho e com a sua expansão. À frente da ABHO, realmente viajei muito por todo o Brasil; naquela época, eu era bem jovem e encarava as maiores aventuras, viajava de avião, pegava carro, ônibus, eu me lembro que fui ministrar um curso de História Oral em Quixadá/CE. Foram experiências muito enriquecedoras. Destaco também o X Congresso Internacional de História Oral, intitulado *História Oral: Desafios para o Século XXI*, realizado no Rio de Janeiro, em junho de 1998, que representou a consolidação da História Oral ao integrar um número significativo de pesquisadores de diversas partes da América Latina. No campo da História Oral, participei, ainda, de muitos eventos internacionais e, em 2001, fui eleita Presidenta da IOHA. Paralelamente, continuava dando aulas na UFRJ; no início, sobre a Primeira República, depois, comecei a dar cursos sobre Brasil Contemporâneo pós-30.

Escritas do Tempo: Professora, sobre a presença do professor e seu percurso formativo, gostaria que comentasse algumas questões sobre o ensino de História, a formação desse profissional. Nós, professores formadores (ou, pelo menos, uma parte desse grupo), enfrentamos muitos desafios. Desafios de diferentes ordens, direções e sentidos. Atuamos na graduação formando professores, mas também formamos professores quando atuamos na Pós-Graduação, seja dando aula ou orientando dissertações e teses, pois ali estamos formando os futuros quadros dos professores que estarão nas universidades. Apesar das mudanças, nossa área, em alguma perspectiva, tem praticamente abandonado o debate sobre a formação docente, sobre o ensino da própria História. Os desenhos curriculares das licenciaturas em História, no Brasil, não têm priorizado essa dimensão formativa. Na pós-graduação, a não ser que o objeto de

pesquisa seja voltado à essa temática, a reflexão sobre a docência inexistia. Temos excelentes cursos de mestrados e excelentes cursos de doutorados em que são formados os quadros docentes (sejam para atuar nas universidades ou na Educação Básica) em que, muitas vezes, o debate sobre as implicações de ser professor praticamente inexistia. Gostaríamos que você falasse um pouco sobre como o ensino de História entrou no percurso. Você, hoje, é uma pesquisadora que tem uma trajetória reconhecida dentro do debate da História Oral, do tempo presente; mas, conte-nos um pouco da inserção do ensino em sua trajetória.

Marieta de Moraes Ferreira: Minha participação no debate sobre o ensino de História não foi algo planejado; foi acontecendo. Primeiramente, na década de 1990, com a expansão dos programas de pós-graduações e com a valorização da pesquisa, ser professor não era uma coisa tida como relevante, sobretudo, sendo professor da Educação Básica. Isso se deve, em grande medida, ao fato de que os cursos de graduação das universidades públicas ou privadas, nos anos 1960 até meados dos anos 1970, focaram, principalmente, na formação de professores, e a ideia de pesquisa era algo secundário. Mas, com a expansão dos Programas de Pós-graduação, as licenciaturas e a formação dos professores deixaram de ser prioridade e o destaque era preparar os alunos para a pesquisa e para ingressar no mestrado. O relevante era ser pesquisador, produzir cientificamente, não ser professor. A esse respeito, escrevi um artigo que foi publicado em 2016, na *Revista Anos 90*, em que faço uma lista dos cursos de Pós-Graduação em História que estavam sendo criados nas décadas de 1980 e 1990, e apresento reflexões sobre os desafios da formação dos professores da Educação Básica. Observo um direcionamento das graduações, tendo como horizonte de perspectiva e foco a Pós-Graduação. Durante muito tempo, entre meus colegas da graduação ou da pós-graduação em História Social da UFRJ, onde atuei por mais de três décadas, a ideia era que a UFRJ é uma enorme universidade federal, de grande importância, e que devíamos nos preocupar em ser pesquisadores, produzir novos conhecimentos. O ensino não era uma coisa que estava na ordem do dia; achávamos que essa questão não era da UFRJ. A preocupação com a formação do professor virou absolutamente secundária; ela não era uma coisa relevante. Nós estávamos preocupados em orientar nossos alunos em fazer monografia e ingressar nos mestrados e doutorados. Era um momento de expansão do sistema de bolsa de iniciação científica. Todo esse modelo, que só estimulava os estudantes à pesquisa, não valorizava a formação de

professores. Meu interesse pelo assunto começou, na verdade, na FGV, exatamente quando assumi a direção do CPDOC/FGV, de 1999 a 2005. Durante esses 6 anos, criamos, em 2003, o Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais; o primeiro mestrado profissional na área de História, hoje, consolidado. Nessa ocasião, recebi uma demanda para produzirmos um livro didático e, para tal, eu acionei os colegas Américo Freire, Marly Motta e Dora Rocha, que se encarregaram de encarar o desafio e elaboraram o primeiro volume da obra *História em Curso*. A leitura de livros didáticos franceses e de outros países, e o acompanhamento do trabalho dos colegas, estimulou meu interesse em trabalhar com materiais didáticos. Quando deixei a direção do CPDOC, fui convidada para coordenar um programa que se chamava Programa de Livro Didático, que foi ampliado e, posteriormente, passou a se chamar FGV Ensino Médio, o qual coordeno até hoje. Comecei a me envolver cada vez mais com a produção de materiais didáticos, com o ensino na Educação Básica e, em particular, com o ensino de História. Ao mesmo tempo, minha atividade como professora na UFRJ, formando professores, desafiava-me ao mostrar como era difícil a transposição do debate historiográfico ao conhecimento didático e a sala de aula, e como essas atividades eram pouco valorizadas. Mesmo assim, novamente me envolvi no projeto de produzir o segundo volume do livro *História em Curso*, que resultou no livro *História em curso: da Antiguidade à Globalização*. Para a construção dessa obra, fomos consultar a produção historiográfica francesa e norte-americana nesse campo, buscando sobre como os pesquisadores escreviam e sobre os usos de imagens, e convidamos professores franceses para colaborar como autores. Foi uma experiência difícil, mas muito estimulante. Já muito envolvida com a questão do ensino de História, da produção de material didático, tive a oportunidade de participar, em maio de 2007, do Fórum de Coordenadores de Pós-graduação em História em Brasília. Na ocasião, eu era vice-coordenadora do PPGHS/UFRJ, e o professor Manoel Salgado era o coordenador do Fórum de Coordenadores da Área de História junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e propus a discussão sobre a necessidade de pontuação ou não de material didático na Avaliação Capes. Somente eu e outros poucos defendemos que esses materiais deveriam ser avaliados e, portanto, pontuar enquanto produção acadêmico-científica, e que as agências de financiamento deveriam estimular e valorizar a produção de material didático e a importância do reconhecimento de professores e alunos focados na pesquisa do ensino de História. Naquela ocasião, ocorreu um debate em que a maioria defendia que a Educação Básica não deveria ser

uma preocupação da Pós-graduação, pois seus objetivos eram outros. Diante do debate acirrado, o professor Manoel Salgado sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho sob a minha coordenação (UFRJ), com colegas professores que se interessaram em discutir as iniciativas e produções de material didático em História para a Educação Básica, a exemplo da Keila Grinberg (Unirio), Surama Conde Sá Pinto (USS), Regina Maria da Cunha Bustamante (UFRJ) e José Rivair Macedo (UFRGS). Nós ficamos encarregados de estudar e fazer sugestões sobre o que poderia ser encaminhado para a Capes. Fizemos um documento durante o Fórum de Coordenadores da Área de História que ocorreu na Unicamp. Na ocasião, a professora Tânia Regina de Luca era a nova coordenadora da área de História, que deu seguimento a esse propósito do professor Manuel Salgado. Então, encaminhamos uma lista de propostas à Capes, mas isso se perdeu; inclusive, registro esse fato no artigo científico publicado na *Revista Anos 90*. Por coincidência ou não, na avaliação seguinte da Capes, o item de inserção social dos programas passou a ser inserido, o que atribuía algum valor à atuação na Educação Básica.

Nesse contexto, começou a discussão sobre o Mestrado Profissional e a possibilidade da existência de um mestrado profissional de ensino de História. Eu aceitei o desafio de coordenar um núcleo na UFRJ, e iniciei a conversa, primeiramente, com minhas colegas da Faculdade de Educação, Ana Maria Monteiro, Carmen Teresa Gabriel Le Ravallec (atual Diretora da Faculdade de Educação da UFRJ) e Regina Maria da Cunha Bustamante, que desde a comissão anterior já tinha participado. Daí propus que criássemos um núcleo organizador na UFRJ, muito embora, na Faculdade de Educação, também houvesse muita resistência aos mestrados profissionais. Iniciamos o projeto e convidamos a colega Keila Grinberg (Unirio), que também já tinha sido daquela situação lá atrás, e fomos incorporando outros pesquisadores da UFF e da UERJ; pessoas que tinham, de alguma forma, uma sensibilidade ou um interesse pelo ensino de História. Pensamos um programa que era exclusivamente do Rio de Janeiro, que fosse das universidades da cidade e do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo universidades com a UFRJ, UFF, UERJ, PUC/Rio, Unirio e UFRRJ. Lembro-me de que Keila Grinberg e eu fomos a Brasília, ao então coordenador de área de História, para compreender como se daria a proposta e operacionalização de um Mestrado Profissional em Ensino de História. Foi quando o professor Lívio, coordenador de avaliação da Capes nos informou que uma proposta circunscrita apenas no Estado do Rio de Janeiro não seria possível; o ideal seria uma rede nacional e que tínhamos um tempo diminuto

para correr na montagem e estruturação de regulamento, regimento e aprovação junto ao Colegiado da UFRJ — tudo feito a muitas mãos, o que não era fácil — e buscar parceiros a nível nacional. Saímos em busca de nossos contatos, então. Eu tinha ex-alunos em Araguaína, quando coordenei um Doutorado Interinstitucional (Dinter/UFRJ/UFT), em 2007, e precisávamos de um núcleo na Região Norte. Como já conhecia bem o pessoal, vários ex-doutorandos, hoje, jovens doutores de Araguaína/TO, buscamos parceria com a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e com as universidades estadual e federal de Santa Catarina, Udesc e UFSC, até fecharmos 12 universidades parceiras. Foi uma novela. Tínhamos data para fechar tudo isso: a construção das ementas sobre História da África, História Indígena. Mas conseguimos entregar no prazo e conseguimos que fosse aprovado, e hoje, é essa coisa incrível; tenho uma admiração e um carinho muito grande pela proposta. Assim se deu a criação do ProfHistória, Mestrado Profissional em Ensino de História configurado em rede nacional, com a participação de 12 Instituições de Ensino Superior (IES) denominadas instituições associadas com oferta simultânea nacional, responsáveis pela execução do curso (UFRGS, FURG, UFSM, Uesc, UFSC, UFT, UFRRJ, UFF, Unirio, UERJ e PUC/Rio), sendo a UFRJ sua instituição âncora. Foi aprovado em agosto de 2013 pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES)/Capes, tendo obtido o conceito 4. Criamos um Comitê Acadêmico Nacional (CAN): Keila Grinberg (Unirio), coordenadora adjunta, Luis Reznik (UERJ), coordenador de avaliação, e Regina Bustamante (UFRJ), coordenadora de bolsas. Somam-se, ainda, os três coordenadores de linha Temístocles Cesar (UFRGS), Margarida Dias (UFRN) e Helenice Rocha (UERJ), para a gestão da rede.

Já em 2015, a rede de ProfHistória foi ampliada em mais 18 núcleos, dispostos em todas as regiões do País. Em agosto de 2016, quando os alunos da primeira turma apresentaram seus trabalhos finais, a segunda turma teve início nos seguintes núcleos de ensino: UFRJ, UFRRJ, UERJ, Unirio, UFF, PUC/Rio, UFT, Udesc, UFSC, UFRGS, UFSM, UFPR, UEM, Unespar, UEPG, Unifesp, Unicamp, UFMT, UEMS, Unemat, Uneb, UFS, UFRN, UFPE, Urca, UFPA e a Unifap. Nas últimas propostas, a Unifesspa entrou no Campus Xingua. Uma tarefa difícil foi fazer com que os Programas de Pós-graduação já consolidados aderissem à proposta ou, ao menos, não atrapalhassem. Lembro-me do dia em que eu fui apresentar a ideia do ProfHistória, no PPGHS/UFRJ, e não conquistei muitos adeptos. Ao final, todos ajudaram na aplicação da prova de seleção nacional, algo bem desafiador. Tivemos, agora, em outubro de 2019, o I

Congresso Nacional do ProfHistoria: A Pesquisa em Ensino de História e a Formação de Professores no contexto do ProfHistória, no Instituto Anísio Teixeira, em Salvador/BA, na gestão atual de Luis Reznik, coordenador nacional. Colocar a temática do ensino de História na agenda do dia, e em evidência, é excelente para os programas acadêmicos e departamentos. Nossas graduações precisam mudar e se atualizar, pois são pouco sintonizadas com o que está acontecendo no mundo, com as demandas tecnológicas. É preciso rever ementas, disciplinas; focar mais na preparação dos alunos para a docência.

Em seu primeiro ano, 2014, eram 13 universidades participantes e cerca de mil candidatos inscritos, precisamente, 974. Desses, apenas 130 obtiveram aprovação para um quantitativo de 95 professores envolvidos em todo o Brasil, dando provas da necessidade de um programa com essa natureza. Na ocasião, destinamos bolsa de estudos para todos que eram professores da rede pública que tiveram matrícula efetivada. Mas, devo dizer que o mestrado profissional encontrou resistências em seu caminho; não foi tarefa fácil chegar até aqui. Em 2003, quando estava à frente do CPDOC/FGV, criamos o Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, programa pioneiro na época, primeiro mestrado profissional na área de História.

Depois desse programa, tivemos outras importantes iniciativas, porém, ainda muito poucas; só para citar algumas, entre os anos de 2009 a 2013, foram criados o Mestrado Profissional em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas (Unifal), o Mestrado Profissional em História, Pesquisa e Vivências de ensino-aprendizagem pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), o Mestrado Profissional em Ensino de História: fontes e linguagens da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e o Mestrado Profissional em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), criado em 2013. Quanto à diferença entre os mestrados profissionais e acadêmicos, os primeiros tratam de temas com aplicações mais diretas, como acontecem com as pesquisas no ProfHistória. Os alunos são professores em regência na Educação Básica, preocupados com o aprimoramento profissional, que desenvolvem instrumentos muitas vezes pedagógicos, pensados para a intervenção no ensino de História, melhorando sua prática e aprofundando conhecimentos em seu âmbito de atuação, sem, contudo, seguir uma carreira acadêmica com pretensões. Em geral, são reflexões teóricas e metodológicas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino de História na Educação Básica, onde terão oportunidade de revisitar um conjunto de conhecimentos historiográficos que servirão a repensar sua práxis, de modo que o conhecimento

acadêmico possa chegar na outra ponta, no aluno. Reflexões empreendidas por um professor da Educação Básica que conhece a realidade e as demandas.

Escritas do Tempo: Como você vê a política de fomento aos mestrados profissionais?

Marieta de Moraes Ferreira: A Capes tem fomentado a criação dos Mestrados Profissionais, basta ver o caso do Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT), o primeiro nesse formato, criado em 2010 sob a coordenação da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) e do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa). Ainda sobre esse formato, temos o do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), coordenado pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), entre outros. Mas há, também, outros em formato semelhante, como o Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP). Voltando ao nosso, o ProfHistória busca qualificar os mestrandos/docentes com subsídios e instrumental para o ensino de História na Educação Básica, considerando as múltiplas tendências teórico-metodológicas aplicadas ao ensino de História, em uma perspectiva transdisciplinar para a construção da educação histórica. Tem um formato semipresencial, destinado a professores que estejam ministrando aulas na área na Educação Básica, com uma oferta simultânea nacional em Instituições Associadas responsáveis pela execução e certificação do curso. Depois de amplo debate, estabelecemos como área de concentração o ensino de História, que privilegia as diferentes temporalidades no contexto do ensino da História, com as seguintes linhas: Saberes Históricos no Espaço Escolar, Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão e Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória. É bom lembrar que o Mestrado Profissional não é um apêndice dos mestrados acadêmicos. Cada programa tem sua identidade; vejam o caso do nosso IH/UFRJ, onde temos três programas *stricto sensu* em História, que são o Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS), o mais antigo, criado em 1982; a Pós-graduação em História Comparada (PPGHC), criado em 2002, e o mais jovem, que é o Mestrado Profissional em Ensino de História ProfHistória. O objetivo é que os professores-mestrandos tragam à academia a experiência docente e as demandas do ensino de História da Educação Básica para problematização. É importante destacar que a temática do ensino de História tem-se fortalecido, basta observar que nomes importantes da historiografia brasileira contemporânea se interessam pelo tema; o Grupo de

Trabalho de Ensino de História e os simpósios temáticos da ANPUH dão provas disso. A demanda cresceu tanto que, em abril de 2015, realizamos novo processo de adesão para o qual houve 43 candidaturas e aprovação de 18 proponentes. Uma ampliação da nossa rede em todas as regiões do Brasil. Neste ano, a seleção nos surpreendeu. Foram mais de três mil inscritos.

Escritas do Tempo: Não restam dúvidas de que o ProfHistória marcará, profundamente, a produção historiográfica brasileira; o olhar de Clio, em nossas universidades, não será mais o mesmo. Por fim, é oportuno destacar que você acompanhou e contribuiu com a formação de gerações de outros historiadores. Nesse sentido, como tem visto a produção historiografia hoje, no Brasil, em especial no campo do ensino da História? Quais são os dilemas e desafios do ofício de professor/historiador no século XXI?

Marieta de Moraes Ferreira: Para terminar, eu acho que nós estamos vivendo mudanças radicais no mundo, na sociedade. No caso específico da nossa área, vivemos desafios muito grandes sobre o próprio lugar da História, que está sendo muito questionado; e não é só aqui, no Brasil, e não é só por causa do Bolsonaro. A aceleração do tempo, o foco no imediato, o presentismo, o horizonte de expectativa que se dissolve, a supervalorização dos testemunhos e da memória: tudo isso faz com que o valor da História seja questionado. E além desse questionamento, eu acho também que temos, hoje, muitas narrativas sobre o passado e todas defendem e sustentam que são verdadeiras, o que possibilita a difusão das falsificações e dos negacionismos. A História, hoje, e mais do que nunca, tem um papel fundamental, pois o método histórico, que consiste em um conjunto de procedimentos, práticas, regras, análise dos documentos e testemunhos reúne recursos para verificar a fidedignidade das informações e produzir uma narrativa com critérios científicos. Não se pode ficar só no dever de memória, porque cada grupo da sociedade também evoca e sustenta a necessidade do dever de memória que lhe interessa. O atual presidente está fazendo um ato de rememoração, de valorização de personagens e figuras históricas que tiveram um papel durante o Regime Militar. Não podemos ignorar que, hoje, enfrentamos essa disputa pela memória, e que grupos antidemocráticos trabalham para validar sua versão dos acontecimentos. Temos vivido uma fase, no Brasil, e até na Europa, em que o dever de memória estava ligado a um tipo de visão de mundo e demandas das vítimas de regimes ditatoriais, dever de memória em relação a comunidades indígenas, grupos

excluídos, mulheres e negros; enfim, todo dever de memória estava concentrado em aqueles que foram considerados excluídos, penalizados. Mas, hoje, temos a emergência de uma luta pela memória, de um começo de dever de memória de grupos antidemocráticos que acham que, durante os últimos 20 ou 30 anos, as suas versões ficaram silenciadas, e agora tratam de torná-las dominantes. Daí, qual é nosso papel nessa história? Temos que ir para além do *dever de memória* e buscar o *dever de História*, que significa o uso do método de investigação histórico de maneira a demonstrar como é produzido o *conhecimento histórico*. É isso que dará sustentação, cientificidade, fidedignidade às informações e interpretações e aos dados. Eis o grande desafio que nós, professores historiadores, teremos pela frente: evitar os negacionismos, denunciar as falsificações, romper com os anacronismos e perspectivas simplificadoras.

Escritas do Tempo: Agradecidos.